

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 161.704 - GO (2018/0275685-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : TRANSBRASILIANA ESPECIAIS E FRETAMENTO LTDA - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOSÉ ROBERTO DE SOUSA SILVEIRA - GO007466
THIAGO BAZÍLIO ROSA D OLIVEIRA - GO019712
HULDA LOPES DE FREITAS E OUTRO(S) - GO037130
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4A VARA CÍVEL DE GOIÂNIA - GO
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE
PARAUPEBAS - PA
INTERES. : CAETANO & PINHEIRO

DECISÃO

Cuida-se de **conflito positivo de competência**, com pedido de liminar, instaurado por TRANSBRASILIANA ESPECIAIS E FRETAMENTO LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, envolvendo, como suscitados, o Juízo de Direito da 4.^a Vara Cível de Goiânia/GO, onde se processa a recuperação judicial (Processo n.º 0115033.97.2016.8.09.0051) e o Juízo de Direito da 1.^a Vara Cível de Empresarial de Parauapebas/PA, onde tramita a Execução de Título Extrajudicial n.º 0001966-86.2015.8.14.0040, movida por Caetano & Pinheiro contra a suscitante.

Aduziu, em resumo, que o Grupo formado pelas empresas Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda., Rápido Marajó Ltda., Transbrasiliana Especiais e Fretamentos Ltda., Transbrasiliana Hotéis Ltda., Transportes Coletivos de Anápolis Ltda. e Nasson-Tur Turismo Ltda. formularam pedido de recuperação judicial, o qual foi deferido em 05/04/2016, pelo Juízo de Direito da 4.^a Vara Cível de Goiânia/GO, razão pela qual, a partir de então, este seria o juízo competente para decidir sobre a administração de seu patrimônio.

Sustentou, ainda, que por decisão do juízo da recuperação, a empresa Transbrasiliana Encomendas e Cargas Ltda. foi incluída no processo de soerguimento em 09/06/2016.

Todavia, o juízo da execução individual *"determinou o prosseguimento da execução, inclusive com um novo prazo deferido pelo D. Juízo da 4.^a Vara Cível de Goiânia/GO, extendendo mais um STAY PERIOR pelo prazo de 90 dias a contar da data de 20/09/2018 para realização da Assembleia Geral de Credores."* Afirmou, ainda, que prosseguiu com a execução, *"com a realização de pesquisas junto ao RENAJUD, com o consequente bloqueio e alienação do imóvel da Suscitante."*

Em caráter liminar, pugnou pelo sobrestamento da mencionada execução, e

que o juízo da recuperação seja designado para resolver, provisoriamente, as medidas urgentes.

No mérito, pediu fosse declarada a competência do Juízo da Recuperação Judicial.

Às fls. 93-95, decisão da lavra deste signatário deferiu, em parte, o pedido liminar para o fim de sobrestar quaisquer determinações constritivas/expropriatórias do Juízo de Direito da 1.^a Vara Cível e Empresarial de Parauapebas/PA que, nos autos da Execução Extrajudicial nº 0001966-86.2015.8.14.0040, afetem o patrimônio da suscitante, e **designar** o Juízo de Direito da 4.^a Vara Cível de Goiânia/GO, Juízo da Recuperação, para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes.

Prestadas as informações (fls. 106-122 e 128-138), o MPF opinou pelo reconhecimento da competência do r. Juízo da Recuperação Judicial (fls. 140-143).

É o relatório.

Decide-se.

De início, vale destacar a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

1. Em conflitos similares, envolvendo, de um lado, o Juízo da Recuperação Judicial e, de outro, o Juízo da Execução individual movida contra sociedade recuperanda, o Superior Tribunal de Justiça tem reconhecido a competência do primeiro para efetivar atos de constrição e expropriação que, de alguma forma, afetem o patrimônio envolvido no processo de soerguimento.

Em regra, uma vez iniciada a recuperação judicial, **é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação**, mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005).

Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FALÊNCIA. TERMO LEGAL. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. BEM IMÓVEL PRACEADO PELO JUÍZO TRABALHISTA. DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. PRODUTO ARRECADADO PELO JUÍZO TRABALHISTA SEM REMESSA AO JUÍZO FALIMENTAR. NECESSIDADE. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. Trata-se de conflito de competência suscitado por empresa submetida ao processo de falência, que teve seu bem imóvel praceado pelo Juízo Trabalhista.

2. A jurisprudência do STJ tem entendimento firmado no sentido de que os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas em falência ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-lei nº 7.661/45 ou da Lei nº 11.101/05, devem ser realizados pelo Juízo Universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/05. Precedentes.

3. O valor arrecadado com o praxeamento do bem da falida no Juízo Trabalhista deve ser remetido ao Juízo falimentar, a quem compete a administração dos bens daquela, bem como o pagamento dos débitos por ela contraídos e apurados no âmbito do processo de falência.

4. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo Falimentar.

(CC 146.657/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.

1. Encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, deferido o pedido de recuperação judicial, as ações e execuções trabalhistas devem prosseguir no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior ou naqueles em que ultrapassado o prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016)

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO TRABALHISTA E JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROSSEGUIMENTO DAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS APÓS A FASE DE ACERTAMENTO E LIQUIDAÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RETOMADA AUTOMÁTICA DAS EXECUÇÕES APÓS O FIM DO PRAZO DE 180 DIAS. NÃO CABIMENTO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que, ultrapassada a fase de acertamento e liquidação dos créditos trabalhistas, cuja competência é da Justiça do Trabalho, os valores apurados deverão ser habilitados nos autos da falência ou da recuperação judicial para posterior pagamento (Decreto-Lei 7.661/45; Lei 11.101/2005).

2. O entendimento desta Corte preconiza que, via de regra, deferido o processamento ou, posteriormente, aprovado o plano de recuperação judicial, é incabível a retomada automática das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(RCD no CC 131.894/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014)

2. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ **conheço** do presente conflito e, por conseguinte, **declaro** a competência do r. Juízo de Direito da 4.^a Vara Cível de Goiânia/GO (juízo da recuperação), para a

prática de quaisquer atos constitutivos/expropriatórios sobre o patrimônio da empresa recuperanda, relativo à Execução Extrajudicial n.º 0001966-86.2015.8.14.0040, em trâmite no Juízo de Direito da 1.ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas/PA, bem como para exercer o controle sobre bens e valores pertencentes à suscitante que eventualmente ainda permaneçam bloqueados/arrecadados nos referidos autos.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

